

Apresentação da pesquisa da dissertação “Diálogo Parcial – Uma Análise da Cobertura da Imprensa para a Questão Indígena Brasileira”¹

Maurício Pimentel Homem de Bittencourt²

Universidade Federal do Acre

¹ Trabalho apresentado ao TLC - Seminário de Temas Livres em Comunicação do “INTERCOM 2006 – XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação”

² Jornalista, Mestre em Ciências da Comunicação (ECA/USP) e professor do curso de Comunicação Social / Jornalismo da Universidade Federal do Acre

Resumo

Este trabalho apresenta a dissertação “Diálogo Parcial – Uma Análise da Cobertura da Imprensa para a Questão Indígena Brasileira”. Trata-se de pesquisa teórica conduzida a partir de duas linhas. Numa, foram pesquisadas todas as matérias sobre a questão indígena nos quatro principais jornais do país durante três meses, com o objetivo de analisar quantitativamente as fontes dessas reportagens. Noutra, foram entrevistados seis comunicadores interculturais, profissionais que tentam viabilizar a comunicação entre indígenas e não-indígenas no Brasil. De acordo com a conclusão da pesquisa, a imprensa brasileira contribui pouco para que a comunicação entre índios e não-índios seja igualitária. “Por que é assim” e “como o jornalismo pode contribuir para o diálogo intercultural” são algumas das perguntas que a dissertação tenta responder.

Palavras-chave: teoria do jornalismo ; grupos sociais e jornalismo ; ética no jornalismo; questão indígena; diálogo intercultural.

I – Introdução

A apresentação da dissertação “Diálogo Parcial – Uma Análise da Cobertura da Imprensa para a Questão Indígena Brasileira” tem o objetivo de expor não apenas o tema em foco, a cobertura jornalística para a questão indígena, mas também assuntos atrelados a ele.

Há algum tempo, o jornalismo brasileiro passa por crise econômica e crise de princípios. No momento em que passo a dar aula numa universidade pública, a Universidade Federal do Acre, e devido à influência de minha formação na Universidade de São Paulo, senti a necessidade de apresentar a dissertação à comunidade científica, com viés apreendido no contato com os índios. Trata-se de algo presente também em Bernardo Kucinski, para quem o jornalista é o profissional a quem “cabe, entre outras funções, relatar os fatos importantes do momento com honestidade e denunciar abusos dos poderosos contra os mais humildes, contra o interesse público ou contra a paz entre os povos. É uma profissão que incomoda muito”.³

Uma definição simples de jornalista, passível de ser questionada. No entanto, se a prática jornalística cumprisse essa tarefa diariamente, menos críticas seriam feitas à profissão. Kucinski prossegue:

“O desaparecimento do jornalista está se dando de modo mais sutil, mais imaterial e por processos diversos. Primeiro, uma boa parte deles, em vez de defender o interesse público, dedica-se hoje a melhorar a imagem ou defender objetivos de grandes empresas, de grupos de interesse, governos e políticos.”⁴

O pesquisador continua com críticas às práticas do jornalista, questionamentos sobre o formato “blog”, “que não se sabe se é uma comunicação pública ou pessoal”⁵ e, ao fim do texto, o arremate: “Assim, o jornalismo também virou entretenimento”⁶. Claro que precisamos contextualizar a afirmação, presente no texto “Ao Arqueólogo do Futuro”, do site Carta Maior, que pode conter certa ironia. Ou desabafo. Mas o permanente flerte do

³ Bernardo KUCINSKI, “Jornalismo, Profissão em Extinção”, Site Carta Maior, http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10021. Acesso em 23 de fevereiro de 2006

⁴ *Ibid.*, acesso em 23 de fevereiro de 2006

⁵ *Ibid.*, acesso em 23 de fevereiro de 2006

⁶ *Ibid.*, acesso em 23 de fevereiro de 2006

jornalismo com o entretenimento pode ser fatal para o primeiro, pois muda parâmetros importantíssimos na prática do jornalismo, parâmetros que poderiam contribuir para uma melhor cobertura da questão indígena, entre outras.

Muitas conclusões a que a pesquisa de mestrado chegou dizem respeito à ausência de práticas simples, consagradas, da profissão na cobertura da questão indígena, derivadas de princípios elementares, como ouvir os dois lados envolvidos no conflito presente na pauta. Neste momento sintonizo-me também com a reflexão de Manoel Chaparro, algo que sempre adivinhei, mas não tive firmeza para colocar nesses termos:

“O jornalismo, como ideal, é um projeto pessoal. Tem de ser um projeto pessoal. Que interessam os outros, os chefes, patrões, alguns colegas, e o que eles fazem, se o jovem decide ser jornalista confiável, e assume plenamente a escolha? – inclusive para pegar o boné e mudar de ares, quando chega a hora.”⁷

Essas leituras me levam de volta à pesquisa, ao aprendizado indígena daquela época, que traspassa a dissertação. Esse aprendizado me levou a propor simplesmente que haja respeito às questões indígenas e às etnias que compõem a população indígena do país. E o primeiro passo é ouvi-las.

⁷ Manoel Carlos CHAPARRO, *Linguagem dos Conflitos*, MinervaCoimbra, 2001, p.24

II – Diálogo Parcial

A dissertação começa com o capítulo “Um Mal-Entendido Cultural”, em que tento descrever o processo que hoje configura a questão indígena, e cuja principal conclusão aponta para o conflito entre europeus e indígenas como um mal-entendido cultural, ou seja, um conflito naturalmente violento. Quis evitar a crítica exacerbada à colonização apontando-a como única culpada da lamentável dizimação das etnias indígenas, mais preocupado em buscar respostas para a complexa rede de conflitos que ainda permeia a questão.

Nesse capítulo afirmo que “entende-se que muito cedo a alteridade se transformasse em conflitos sangrentos, já que a posse da terra era fundamental para índios e europeus”⁸. As diferenças entre as duas populações foram fatais ali, e cito também o antropólogo francês Pierre Clastres:

“O que contém a civilização ocidental que a torna infinitamente mais etnocidária que qualquer outra forma de sociedade? É seu *regime de produção econômica*, justamente o espaço do ilimitado, espaço sem lugares, no que diz respeito ao recuo constante do limite, espaço infinito da fuga permanente para diante.”⁹

Desde o início da dissertação já aparecia uma das questões principais, a de que a relação da imprensa com o mundo capitalista é um dos problemas fundamentais para a cobertura da questão indígena.

O caminho da pesquisa foi trilhado em duas linhas paralelas. Em uma (capítulo II, “A Fonte Indígena nos Quatro Principais Jornais do País”), parti para um levantamento quantitativo das fontes presentes em todas as matérias sobre a questão indígena nos principais jornais do país durante 3 meses: *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. O objetivo da escolha desses jornais era apontar uma tendência universal no contexto da grande imprensa brasileira. As fontes consultadas pelos jornalistas dessas publicações no período foram classificadas em dois grupos: “fontes indígenas” e “fontes não-indígenas”.

⁸ Maurício Pimentel Homem de BITTENCOURT, *Diálogo Parcial*, p. 17

⁹ Pierre CLASTRES citado por Maurício Pimentel Homem de BITTENCOURT. *Diálogo Parcial*, p. 16

Os principais dados resultantes dizem respeito a:

- porcentagem de matérias em que fontes indígenas foram consultadas;
- porcentagem de fontes indígenas no universo de fontes consultadas para as matérias colhidas.

Suponho que a análise desses números sirva como indicador de quão importante é a aceitação da alteridade indígena nas redações dos jornais pesquisados e, indiretamente, na sociedade brasileira que consome esses jornais e forma seus jornalistas. Os números devem ser entendidos como indícios da tendência apresentada no capítulo anterior: de que o mal-entendido cultural entre índios e não-índios continua a permear a sociedade e, por conseqüência, a cobertura da imprensa para a questão indígena, distorcendo-a.

A escolha das fontes revela quais delas são avaliadas como essenciais para os jornalistas que pautam, escrevem e editam matérias; indica a diretriz política da publicação; aponta a avaliação que essa publicação faz da opinião pública. Existem muitas versões para um mesmo fato, e a escolha da voz que informa sobre esse fato influencia o conteúdo do texto jornalístico. Não posso comprovar a legitimidade de determinada fonte indígena ou a ilegitimidade de fontes não-indígenas, mas posso especular sobre a motivação do jornalista ao escolher fontes indígenas ou não-indígenas. É uma das “marcas de fábrica” da mensagem jornalística que ajudam a analisar como o jornalista encara a alteridade indígena, já que

O produto-mensagem que o receptor consome já leva inscrito em seu acabamento a ‘marca de fábrica’, seu caráter mercantil como modelo do verticalismo e do autoritarismo geral que rege as relações sociais. Essa marca é o que determina a forma da recepção. Marca que é uma linguagem repressiva, coerciva, não em forma explícita, mas dissimulada, linguagem hipnotizante que está na base do discurso ritual e autoritário com que uma classe confina, recorta e controla o mundo com uma legitimidade inapelável. A expressão mais eficiente e clara é a linguagem publicitária, essa linguagem que transforma sistematicamente as idéias e as coisas reduzindo-as à sua forma mercantil ao racionalizar tudo o que toca a partir do exato ângulo da possessão. E é por meio de um processo de semantização em que os jogos de palavras, as hipérboles, os procedimentos de adjetivação inocentam o processo, mas sem poder ocultar de todo a ‘marca de fábrica’, a ideologia que se empenha em resolver semanticamente as diferenças sociais uma vez que as alarga.

A outra, a linguagem da notícia, a da ‘objetividade’ do acontecimento, não está menos ajustada à forma de mercadoria. O diário, ao se apresentar e ser consumido como o ‘reflexo dos acontecimentos’, está trabalhando na mesma linha da publicidade. **Todo o processo de elaboração, de seleção, de fragmentação, é escamoteado pela forma em que está construído. Essa primeira ‘leitura’ que a classe proprietária de jornais e agências realiza sobre o que acontece é**

‘esquecida’, descartada. (O grifo é meu.) E o que o receptor lê é consumido como se essa leitura de classe que é o diário não existisse. O processo real atua, penetra nas condutas da outra classe em formas concretas de valores, de normas, de interesses.¹⁰

Essa vertente da pesquisa revelou os seguintes resultados:

- Entre as 64 matérias pesquisadas, 21 não apresentam identificação de fonte. Portanto, o universo de matérias foi reduzido a 43;

- Entre os 43 textos com fontes identificadas, 20 não apresentam fonte indígena, ou seja: em 46,5% dos textos apenas fontes não-indígenas foram consultadas;

- 16,3% das matérias apresentam apenas fontes indígenas;

- Em 37,2% foram consultadas fontes indígenas e não-indígenas;

- Observando os números pelo viés que inclui as matérias sem identificação de fonte, nas quais tampouco há fonte indígena (pelo menos identificada), temos que entre as 64 matérias, 41 não apresentam fontes indígenas identificadas, ou seja, 64% das matérias não trazem referência a fontes indígenas;

- Entre as 109 fontes identificadas, 37 são indígenas e 72 são não-indígenas:

- 33,9449% são fontes indígenas, número arredondado para 34% ;

- 66,0550% são fontes não-indígenas, número arredondado para 66%.

Outros dados:

- 32,81% das matérias não tiveram fontes identificadas.

- Das 364 edições de jornal pesquisadas, 61 continham matérias sobre a questão indígena, ou 16,75% das edições pesquisadas.

¹⁰ Jesús MARTÍN-BARBERO citado por Maurício Pimentel Homem de BITTENCOURT. *Diálogo Parcial*, p. 26

No capítulo III da dissertação, “O Problema Segundo os Comunicadores”, entrevisto seis pessoas cujos trabalhos conheci ao longo da pesquisa, chamadas de *comunicadores interculturais*.

A idéia das entrevistas surge da necessidade de expor os argumentos da pesquisa a olhares que possam ajudar a confirmar ou negar o problema e a hipótese levantados. Supus que o grupo adequado de colaboradores fosse formado por profissionais que trabalham ou trabalharam no território intercultural que divide e aproxima índios e não-índios. A compatibilidade dos discursos entre si e destes com a hipótese levantada ajudaria a confirmá-la ou a negá-la. Os profissionais entrevistados são também público dos jornalistas e do jornalismo que estão avaliando, o que lhes confere legitimidade.

A possibilidade de gerar documentos orais na dissertação também contribuiu para a opção por entrevistas, pois devido à falta de bibliografia sobre o assunto, os textos a partir de declarações podem ajudar outros pesquisadores. O objetivo das entrevistas era falar com um grupo heterogêneo para extrair reflexões que aludam a tendências da grande imprensa brasileira.

Nem todos são jornalistas; aliás, apenas dois se encaixam na definição usual de jornalista (Chimanovitch e Nilda Rodrigues); um terceiro exerce a profissão de jornalista eventualmente (Prezia) e os outros três defino como *comunicadores interculturais* (Munduruku, Jecupé e Xavante).

Concluídas as entrevistas, suponho ter falado com um grupo de pessoas suficientemente abrangente, do jornalista que adentrou bravos sertões na década de 70 ao xavante que fundou ONG e atuou em peças de teatro pelo mundo; da pioneira assessora de imprensa de uma instituição de índios da Amazônia ao educador, escritor e terapeuta que foi atrás da identidade indígena perdida na geração anterior; do escritor de sucesso, educador, filósofo e historiador ao articulista e ex-editor de jornal sobre a questão indígena. Com esse elenco, foi possível contextualizar a história recente da cobertura da questão indígena, ponderar sobre as relações entre indígenas e a mídia e ouvir pessoas de etnias indígenas, para que mostrem a sua opinião sobre a imprensa. Além de examinar as questões exclusivas da pesquisa, as entrevistas têm por fim divulgar reflexões, apontar soluções, colaborar para que jornalistas e comunicadores, índios e não-índios, possam compreender e

aceitar esse outro sempre tão diferente para, com humildade e respeito, dialogar. Os entrevistados são:

- Benedito Prezia, 59 anos, escritor, comunicador, membro do conselho de redação do jornal “Porantim — Em Defesa da Causa Indígena”, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Mestre em Lingüística pela Universidade de São Paulo com a Dissertação “Os Indígenas do Planalto Paulista nas Crônicas Quinhentistas e Seiscentistas”;

- Daniel Munduruku, escritor de 39 anos, comunicador, professor, integrante do povo Munduruku, recebeu menção honrosa no Prêmio “Literatura para Crianças e Jovens na Questão da Tolerância”, da Unesco, com o livro “Meu Vô Apolinário - Um mergulho no Rio da Memória”. Nascido em Belém (PA) “por acaso”, foi criado até os 15 anos dentro de aldeia, e um pouco na cidade. Aos 15, saiu para estudar, como opção própria e da comunidade também. Belém, Porto Velho, Manaus... Estudando;

- Jurandir Siridiwê Xavante nasceu na aldeia de Pimentel Barbosa, Reserva Rio das Mortes, município de Canarana (MT). Foi indicado pelo Conselho Tribal xavante como um dos meninos a serem **formados para conhecer a língua e o pensamento dos brancos**, dentro de uma estratégia de fortalecimento cultural e preservação da identidade xavante. Concluiu o segundo grau, cursou um ano de Geologia na Bolívia. Atualmente, é embaixador da tribo Xavante e presidente do Instituto de Desenvolvimento das Tradições Indígenas (Ideti). Traduziu, juntamente com Paulo Supretapã Xavante, o livro “Mito e história do povo xavante: nossa palavra”;

- Kaká Werá Jecupé, 39 anos, comunicador intercultural e terapeuta, não tem etnia definida. Nasceu de pais índios que não puderam, não quiseram ou não viram motivo para repassar a cultura e a língua de seus antepassados. Migraram de Minas Gerais para São Paulo na década de 60 e passaram a viver “uma vida de não-índio”;

- Mário Chimanovitch, jornalista, 58 anos, repórter especial da revista *Isto É*, jornalista há 36 anos. Enviado pelo Jornal do Brasil à Amazônia no início dos anos 70 para investigar se o governo brasileiro eliminava índios para apressar a ocupação da Amazônia;

- Nilda Rodrigues, jornalista, 37 anos, é assessora de imprensa da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

Para organizar o conteúdo das entrevistas e facilitar o acesso às principais questões referentes a esta pesquisa, as falas dos entrevistados foram agrupadas em dois tópicos:

a) Como é a cobertura jornalística para a questão indígena e por que é assim?

b) É possível o diálogo igualitário entre índios e não-índios brasileiros e qual seria o papel do jornalismo nesse diálogo?

As entrevistas foram feitas segundo técnicas sugeridas pelo professor doutor José Carlos Sebe Bom Meihy em aulas do curso de pós-graduação da Universidade de São Paulo e em seu “Manual de História Oral”, adaptadas livremente ao contexto jornalístico. Os trechos aqui inseridos foram transcritos, textualizados e *transcriados* — “transcriar” é um conceito de História Oral que Sebe Bom Meihy define como um processo que, “evocando pressupostos da tradução, (...) se compromete [a] ser um texto recriado em sua plenitude. Com isto afirma-se que há interferência do autor no texto, e que ele é refeito várias vezes”¹¹. Os trechos inseridos foram transcriados para ajudar na compreensão de falas cujas construções originais poderiam levar a uma interpretação equivocada.

Entre as conclusões dos entrevistados, talvez a mais significativa para este trabalho venha de Benedito Prezida. Perguntei-lhe se “o principal jogo de poder [por trás da cobertura da imprensa sobre a questão indígena] é o simples fato de que os jornais são de brancos, feitos por brancos, para brancos”.

A resposta: “Acho que a questão não é de ser para brancos. Poderia ser para o negro, se o negro estivesse com o poder na mão, dominando os grupos econômicos. (...) É o poder das forças que dominam o mundo, né, o capital internacional, as grandes empresas, os interesses, os bancos...”

A questão remete a crítica recorrente sobre a angulação das matérias jornalísticas, com tendência a retratar a realidade de maneira simplista, por meio de estereótipos identificados majoritariamente com consumidores dos respectivos produtos jornalísticos. Lembrei-me ainda de outra crítica muito comum na Região Norte do país, em que reclama-se da falta de visibilidade da região nos meios de comunicação nacionais.

Outras coisas importantes foram faladas, como, por exemplo, de que o jornalismo fica limitado ao senso comum quando trata da questão indígena, o que pode configurar falta

¹¹ José Carlos SEBE BOM MEIHY, *Manual de História Oral*. p. 59

de ética para um profissional que necessita lançar sempre novos olhares para temas mutáveis. O sensacionalismo também é criticado, como forma de tratar de maneira leviana a questão indígena, em busca de audiência. Nessa linha, a exploração do puro e simples exotismo inerente a certas figuras indígenas também ilustra que o jornalista não está exercendo com competência a sua função de narrar a realidade ao público. Os entrevistados dizem que as culturas indígenas são dinâmicas, sofreram e sofrem influência da cultura ocidental européia, e isso não é mostrado na mídia, onde aparece apenas índio com “cara de índio”.

Ignorância, preguiça, falta de sintonia com o público são aceitáveis ou podem ser chamadas de incompetência e falta de ética? O jornalista deve saber que ao se acomodar está eventualmente errando grosseiramente. Esse problema é encarado com a devida seriedade ou trata-se de um trabalho em que ser ligeiramente incompetente não tem problema? Ou é possível nessa profissão disfarçar bem eventuais incompetências e a falta de ética, disfarçar o suficiente para que a maioria dos leitores e o patrão não percebam? Ou essencial é ter competência apenas nas pautas “importantes”, nas matérias em que ninguém “relevante” possa reclamar?¹²

No entanto, segue a Dissertação, todos os problemas apurados pela pesquisa

(...) não impedem que se possa melhorar o desempenho dos jornalistas como agentes do diálogo intercultural. O jornalismo chega a ser considerado fundamental pelos entrevistados, principalmente pelo alcance de suas mensagens. Por que não contribuir para o intercâmbio entre as culturas via mensagem jornalística, mesmo com todas as incoerências de ‘um dos produtos de consumo da indústria cultural’?¹³ Os índios não querem viver numa redoma, também precisam dos serviços da comunicação de massa, para que sua mensagem chegue sem distorções à maioria que os vê com boa-vontade no país, o que pode ampliar suas possibilidades de sobrevivência e justiça.¹⁴

Apesar do argumento, a primeira conclusão da Dissertação é pessimista, pois revela que a imprensa brasileira tende a não contribuir para o diálogo intercultural igualitário entre índios e não-índios no Brasil. A segunda conclusão é otimista: o diálogo é possível e o jornalismo pode colaborar para que se realize. “É só criar vergonha na cara”, como diz Daniel Munduruku.

¹² Maurício Pimentel Homem de BITTENCOURT, *Diálogo Parcial*, p. 171

¹³ Cremilda MEDINA citada por Maurício Pimentel Homem de BITTENCOURT. *Diálogo Parcial*, p. 194

¹⁴ Maurício Pimentel Homem de BITTENCOURT, *Diálogo Parcial*, p. 194

A pesquisa do capítulo II fortalece a primeira conclusão, pois vimos que em 46,5% dos textos sobre a questão indígena nos principais jornais do país apenas fontes não-indígenas foram ouvidas e que somente 34% das fontes consultadas para as 64 matérias pesquisadas são indígenas. Ambos os números crescem, por contraste, ante a porcentagem de textos em que só fontes indígenas foram consultadas: 16,3%.

Os dados favorecem a interpretação de que os indígenas e suas versões sobre os fatos, mesmo que relativos à questão indígena, gozam de pouca credibilidade nas redações dos jornais pesquisados. Pelo menos uma fonte indígena deva ser ouvida a cada reportagem e/ou texto sobre a questão indígena, de acordo com qualquer manual de jornalismo. Quando misturados ao debate do capítulo III, os resultados do capítulo II confirmam, portanto, a principal hipótese da pesquisa, de que a imprensa brasileira tende a não contribuir para o diálogo intercultural igualitário entre índios e não-índios no Brasil.

III – Conclusão

Tais conclusões remetem ao início deste artigo, em que fala-se de algo tão pessimista quanto a extinção da profissão de jornalista, do jornalista que se preocupa com a Comunicação Social, e não apenas com a manutenção de seu emprego, em que é induzido a ultrapassar limites éticos a cada dia.

É importante levar às salas de aula a defesa do profissional preocupado com as questões sociais, por mais que isso fique à margem de grande parte do mercado profissional. Trata-se de mais uma profissão que corre o risco de perder legitimidade perante a sociedade caso não consiga mudar suas condições de trabalho. Ou, na prática, todos nos tornaremos, como prevê Bernardo Kucinski, assessores de imprensa, relações públicas ou marketeiros travestidos de jornalistas. (Ressalto que a afirmação não traz implícita qualquer julgamento sobre essas ocupações.)

É necessário para a sociedade que o jornalista seja o “fiel da balança”, peça fundamental para uma democracia que não pode depender da boa-vontade dos políticos ou das boas intenções dos patrões.

Que caminhos buscar? Cada um terá o seu, e certamente novos surgirão, contanto que o aprendiz de jornalista se conforme com as condições de trabalho e as incertezas da vida dos pioneiros, à moda do ideal sugerido por Chaparro.

Como inspiração, deixo a provocação de Boaventura de Sousa Santos, citado na Introdução da Dissertação: “Tomar o poder? Não. Apenas algo mais difícil: um mundo novo”.¹⁵

¹⁵ Boaventura de SOUSA SANTOS, citado por Maurício Pimentel Homem de BITTENCOURT. *Diálogo Parcial*, p. 12

IV – Bibliografia

BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem de. Diálogo parcial – uma análise da cobertura da imprensa para a questão indígena brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), ECA/USP, São Paulo, 2004.

CHAPARRO, Manoel Carlos. Linguagem dos Conflitos, MinervaCoimbra, 2001

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência. s.l. : Brasiliense, 1982.

FAERMAN, Marcos. Com as mãos sujas de sangue. São Paulo : Global, 1979.

JECUPÉ, Kaka Werá, A terra dos mil povos. 3 ed. São Paulo : Peirópolis, 1998.

LIMA, Edvaldo Pereira. Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas : Editora da Unicamp, 1993.

LLOSA, Mario Vargas. O falador. 3 ed. Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves Editora, 1988.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Procesos de comunicacion y matrices de Cultura. México, Naucalpan : Ediciones G. Gili, [1987].

MEDINA, Cremilda. Notícia: um produto à venda. 2 ed. São Paulo: Summus Editorial, [1987].

SEBE BOM MEIHY, José Carlos. Manual de História Oral. São Paulo : Edições Loyola, 1996.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. 2 ed. São Paulo : Martins Fontes, 1988.